

Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo

16. Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024:

- a) Merelinense Futebol Clube;
- b) Associação de Voleibol de Braga;
- c) Associação Moto Clube de Braga

Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

Nº Informação: 33117

Data: 17/05/2024

Processo :2024/850.10.003.01/888

Assunto: Pedido de Apoio na Área Desportiva

O **Merelinense Futebol Clube**, pessoa coletiva n.º 501960015, com sede no Campo João Soares Vieira, 4700-045, União de Freguesias de S. Pedro de Merelim e Frossos, Braga com o RECAM 32/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2023/2024, no valor de **20.000,00€ (vinte mil euros)**.

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato) e enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O presente pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Sendo que o Merelinense Futebol Clube, até ao momento tem 179 atletas na modalidade de futebol, nos diferentes escalões (juniores, juvenis A, juvenis B, iniciados A, iniciados B, infantis, benjamins, traquinas e petizes).

A entidade procedeu à junção de elementos documentais que procuram dar resposta aos pontos da sustentabilidade do projeto de gestão, da capacidade de autofinanciamento do projeto, das participações de outras entidades, custos relativos ao funcionamento administrativo e custo com cada atleta (custo dos exames médico-desportivos e despesas com a inscrição dos atletas).

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um contrato-programa, o **Merelinense Futebol Clube**, pessoa coletiva n.º 501960015, com sede no Campo João Soares Vieira, 4700-045, União de Freguesias de S. Pedro de Merelim e Frossos, Braga no valor de **20.000,00€ (vinte mil euros)**.

Nº Informação: 33259

Data: 17/05/2024

Processo :2024/850.10.003.01/892

Assunto: Pedido de Apoio

A **Associação de Voleibol de Braga** pessoa coletiva n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga com o RECAM 243/2016, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, no valor de **3.000,00€ (três mil euros)**.

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato), enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio financeiro tem como finalidade apoiar a organização da **Final 8 do Campeonato Nacional de Voleibol - INFANTIL FEMININOS**, que se irá realizar nos dias 14 a 16 de junho de 2024, contando com a participação de 3 equipas de Lisboa e de 4 equipas do Distrito do Porto.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um contrato-programa, com a **Associação de Voleibol de Braga**, pessoa coletiva n.º 502 055 979, com sede na Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga com o RECAM 243/2016, no valor de **3.000,00€ (três mil euros)**.

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Mário Bento Brito Nóbrega Ramos de Azevedo, em representação da **Associação de Voleibol de Braga**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 502 055 979, com sede no Parque Desportivo da Rodovia, Sala 5, S. Vitor, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade apoiar a organização da Final 8 do Campeonato Nacional de Voleibol - INFANTIL FEMININOS, que se irá realizar nos dias 14 a 16 de junho de 2024.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
 - c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;

- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **3.000,00€ (três mil euros)**
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a
(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho de 2024.

Cláusula 7.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Mário Azevedo)

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Abel Jorge Rodrigues Ferreira, em representação da **Associação Moto Clube de Braga**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 504 960 326, com sede no Estádio 1º de Maio, 4715-049 São José de São Lázaro, Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade apoiar a organização da **XXVII Concentração Motard do Moto Clube de Braga**.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
 - c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
 - d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;

- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **1.370,00€ (mil trezentos e setenta euros)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho de 2024.

Cláusula 7ª.
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.ª
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.ª
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Abel Jorge Rodrigues Ferreira)

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Gabriel António Loureiro da Costa, em representação do **MERELINENSE FUTEBOL CLUBE**, na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa, pessoa coletiva n.º 501 960 015, com sede na Lugar do Salgueirinho, da União de freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;

- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **20.000,00€ (vinte mil euros)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada, em **duas prestações de 10.000,00€ (dez mil euros)**. A **ENTIDADE** deverá apresentar os comprovativos das despesas efetuadas referentes a este contrato-programa. Caso não o faça, a segunda prestação não será efetuada.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho 2024 (Época Desportiva 2023/2024 com início em 01.08.2023).

Cláusula 7.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Gabriel António Loureiro da Costa)

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 48863

Data: 20/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Proposta de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo | Reunião de Executivo de 27 de maio de 2024

PROPOSTA:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga:

1. E/33117/2024 Contrato-Programa 2023/2024 – **Merelinense Futebol Clube** – no valor de 20.000,00€;
2. E/33259/2024 Contrato-Programa 2023/2024 – **Associação de Voleibol de Braga** – no valor de 3.000,00€ (Final 8 do Campeonato Nacional de Voleibol - INFANTIL FEMININOS).

O Técnico,

Anexos:

1. Proposta - Merelinense Futebol Clube;
2. Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - Merelinense Futebol Clube;
3. Proposta - Associação de Voleibol de Braga;
4. Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - Associação de Voleibol de Braga;

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 50179

Data: 21/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto:

Proposta de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo | Reunião de Executivo de 27 de Maio 2024

PROPOSTA:

A **Associação Moto Clube de Braga** em parceria com o Município de Braga irá realizar, nos dias 14, 15 e 16 de junho, a **XXVII Concentração Motard do Moto Clube de Braga**, no Estádio Municipal. Um evento onde reúne entusiastas de motociclismo de toda a região Norte, são três dias repletos de emoção e espetáculo, os participantes são brindados com uma programação diversificada e animada.

Nesse sentido, propõem-se um apoio financeiro, no valor de **1.370,00€ (mil trezentos e setenta euros)** à **Associação Moto Clube de Braga**, com o RECAM 132/2015, pessoa coletiva 504 960 326, com sede no Estádio 1º de Maio, São José de São Lázaro 4715-049, Braga.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)). Enquadrando-se ainda na alínea o) do Artigo 33.º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente nas competências da Câmara Municipal “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista (...) à realização de eventos de interesse para o município (...)”.

A Técnica

Anexos:

1. Minuta do Contrato.